

EDUCAÇÃO SEXUAL NOS CURRÍCULOS ESCOLARES: PROBLEMATIZAÇÃO DE DISCURSOS ACERCA DE SEXUALIDADE E GÊNERO

INTRODUÇÃO – Sexualidade, gênero e currículo: uma proposta de Educação Sexual

Como docente, fui desafiada pelas temáticas sexualidade e gênero. Ao dar aula no 8º ano do Ensino Fundamental, deparei-me com os conteúdos relativos ao corpo humano e, mais especificamente, à reprodução humana. Como esses temas provocavam meu interesse, resolvi buscar diferentes modalidades didáticas para abordar um conteúdo que já imaginava despertar a curiosidade dos/as alunos/as, assim preparei um jogo de perguntas e respostas sobre reprodução humana e dividi a sala em meninos *versus* meninas. Foi aí que vivenciei umas das primeiras situações provocativas na sala de aula, um aluno que era homossexual assumido pediu para ficar no grupo das meninas, pois não se “enquadrava” no grupo dos meninos, o que me causou certo estranhamento e a resposta inicial foi negativa. Mas as meninas insistiram para ele ficar no grupo delas e os meninos disseram que seria melhor, tal episódio provocou um alvoroço na sala, então decidi permitir.

Após essa situação e a partir da aproximação com estudos de sexualidade e gênero, passei a refletir e me inquietar com propostas didáticas como essa, embora na época estivesse impregnada pela perspectiva biologicista, e não enxergasse tais categorias como construções socioculturais. Entretanto, após mergulhar nos estudos sobre tais temáticas, fui compreendendo que a sexualidade não poderia ser reduzida à dimensão reprodutiva e sexual, como aprendi na licenciatura em Biologia, e passei a me questionar: qual o sentido e a relevância didática em agrupar meninos *versus* meninas para abordar o assunto reprodução humana? Como e por que estudar o corpo humano e o sistema urogenital reduzido meramente à reprodução? Que outros saberes seriam possíveis sobre o corpo humano, situado culturalmente? Como docentes e discentes poderiam (re)aprender sobre as múltiplas sexualidades e gêneros que permeiam os espaços escolares?

Embora seja considerada uma temática já bastante discutida em diversas pesquisas e políticas públicas, as dimensões socioculturais e políticas da Educação Sexual não costumam ser exploradas em muitos currículos escolares e acadêmicos, pois o viés biologizante ainda consegue manter-se como predominante. Os discursos em torno de sexualidade e gênero continuam marcados, na maioria dos casos, por determinismos biológicos, saberes médicos e ênfase na prevenção às Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), deixando-se de lado as múltiplas formas de construção sociocultural de feminilidades, masculinidades, dos prazeres e relacionamentos afetivo-sexuais.

A pesquisa de Elisabeth Macedo (2007) aponta que, de modo geral, abordagens acerca de sexualidade nos currículos de ciências enfatizam aspectos reprodutivos e higienistas, priorizando discussões sobre métodos contraceptivos e infecções sexualmente transmissíveis, e dessa forma, (re)produz um discurso em que o prazer sexual estaria biologicamente ligado à reprodução e perpetuação da espécie. Nesse raciocínio, a “[...] ênfase na perspectiva instintiva do sexo, tratado como mais uma necessidade do corpo biológico, expressa uma visão pós-darwiniana do final do século XIX, na qual os fenômenos humanos podiam ser explicados tendo por base forças biológicas características das espécies. [...]” (MACEDO, 2007, p.52).

A partir de suas pesquisas nos currículos de ciências, Elenita Silva (2014) corrobora que a Educação Sexual na escola tem sido alicerçada em um discurso biomédico que não reconhece as múltiplas dimensões de sexualidade e gênero, embora tais discursos sejam produzidos pela cultura, os/as docentes sentem dificuldades em adotar abordagens que

excedam os limites do biológico. Por outro lado, a autora salienta que a dimensão biológica também é cultural, assim a sexualidade ao ser abordada nesse viés envolve construções sociais que excedem o binômio natureza/cultura. Além das questões concernentes à anatomia e fisiologia do organismo humano, o discurso biológico acerca de sexualidade engloba relações de poder produzidas a partir da linguagem e da cultura, então implica compreendê-lo como uma produção cultural inventada no campo da ciência.

Para além do viés biológico, a Educação Sexual pode ser entendida como um campo transdisciplinar constituído por discursos referentes à sexualidade e gênero marcados pela cultura e por relações de poder, que instituem identidades e diferenças a partir de saberes e práticas disseminados nos distintos espaços educativos. Nessa ótica, justifico a relevância de um projeto de pesquisa que a partir da problematização de discursos acerca de sexualidade e gênero possibilite o desenvolvimento de estratégias didático-metodológicas para a incorporação, contínua e sistemática, da Educação Sexual nos currículos escolares e acadêmicos, visando a desconstrução de preconceitos e o reconhecimento das diferenças (sexuais, de gênero, étnico-raciais, entre outras).

Nesse contexto, ressalto a necessidade de uma proposta de Educação Sexual, diante das demandas curriculares contemporâneas que incitam uma “vontade de saber” sobre sexualidade e gênero, por meio de abordagens históricas, socioculturais e políticas. Neste projeto de pesquisa se articulam os campos de estudos de sexualidade, gênero, currículo e os estudos culturais pós-estruturalistas com aporte em teorizações foucaultianas. A partir das seguintes questões norteadoras: *De que modos a temática da Educação Sexual tem sido discutida e incorporada nos currículos escolares? Como sexualidade e gênero atravessam e se articulam na proposta de Educação Sexual incorporada na escola?*

É nessa direção que venho me inquietando com as temáticas sexualidade e gênero desde que comecei minhas pesquisas acadêmicas (monografia, dissertação, tese de doutorado...) e multiplicando os questionamentos, a saber: como a Educação Sexual vem sendo desenvolvida nas escolas, se muitos/as docentes afirmam não terem “aprendido” sobre sexualidade e gênero durante a formação inicial? Que discursos atravessam e produzem um currículo escolar “apático” (ou “empático”) a essa proliferação de saberes e práticas em torno de sexualidade e gênero? Que discursos acerca da Educação Sexual são produzidos nos currículos escolares e acadêmicos?

Para Guacira Louro (2000), os currículos escolares alheios às abordagens socioculturais da Educação Sexual costumam reproduzir uma história marcada por relações de poder e discursos essencialistas acerca das identidades sexuais e de gênero, disciplinamento dos corpos e representações hegemônicas de masculinidade e feminilidade ancoradas em pedagogias ‘normativas’ de sexualidade e de gênero, muitas vezes, tão sutis que nem nos damos conta. Foucault (2015a) argumenta que o poder constitui um campo múltiplo, instável e estratégico de correlações de forças, que produz efeitos locais e/ou globais, assim, diferentes discursos funcionam como elementos, que podem tanto modificar estratégias de poder-saber quanto reforçá-las.

Nesse raciocínio, enfatizo a relevância das ferramentas teórico-analíticas sexualidade e gênero, que, além de se imbricarem no conceito de Educação Sexual, são utilizadas para problematizar o modo como esse campo transdisciplinar vem sendo incorporado, de forma direta e/ou indireta, nos saberes e práticas escolares. Não obstante, cabe evidenciar que sexualidade, gênero e educação sexual, mesmo sendo convergentes em vários aspectos, são conceitos distintos, o que aponta a necessidade de expor como são compreendidos numa perspectiva pós-estruturalista.

A partir da compreensão de que sexualidade e gênero são produzidos na cultura, importa dizer que na ótica dos estudos culturais pós-estruturalistas a cultura “[...] é entendida tanto como uma forma de vida – compreendendo ideias, atitudes, linguagens, práticas,

instituições e estruturas de poder – quanto toda uma gama de práticas culturais: formas, textos, cânones, arquitetura, mercadorias produzidas em massa, e assim por diante [...]” (NELSON; TREICHLER; GROSSBERG, 2013, p. 14). Nesse olhar, a cultura engloba processos de significação acerca de sexualidade e de gênero, usualmente incorporados em abordagens de Educação Sexual que podem e devem ser visibilizadas e problematizadas.

Nesse cenário que envolve Educação Sexual e currículo escolar, as temáticas sexualidade e gênero ocupam um lugar central, posto que constituem os sujeitos interpelados por discursos que marcam tais constructos socioculturais. A sexualidade consiste em uma das dimensões que perpassa diversos aspectos da vida humana e, desse modo, engloba, além de sexo e reprodução, identidades sexuais e de gênero, envolvimento emocional, erotismo, amor... Bem como envolve múltiplas vivências e expressões por meio de desejos, pensamentos, fantasias, crenças, valores, atitudes, relacionamentos. Portanto, a sexualidade não diz respeito somente às capacidades reprodutivas do ser humano, mas inclui componentes históricos e socioculturais, abrangendo, além do nosso corpo e do prazer, nossas crenças e relações afetivas, nossos costumes, nossa história e cultura, ou seja, engloba a multiplicidade da vida humana (ABRAMOVAY; CASTRO; SILVA, 2004; LOURO, 2007).

Foucault (2015a) destaca que a sexualidade constitui um ponto de passagem entre o poder disciplinar (biopoder) exercido sobre o corpo de um indivíduo e o poder que regula a população (biopolítica). A sexualidade é permeada por relações de poder entre homens e mulheres, pais e filhos/as, educadores/as e alunos/as, administração e população. Entretanto, caberia utilizar a sexualidade para articulação de estratégias que sirvam de instrumento não para impor modos de agir e/ou de dominação, mas para questionar a construção social das relações de poder. Nesse rumo, problematizar essas relações de poder envolve: “Não considerar que existe um certo domínio da sexualidade que pertence, de direito, a um conhecimento científico, desinteressado e livre [...]” (FOUCAULT, 2015a, p. 107).

A sexualidade, entretanto, em decorrência de discursos essencialistas, veiculados nos cursos de formação docente em Biologia, por exemplo, ainda costuma ser apresentada como algo que se possui naturalmente, inerente ao ser humano, e essa visão conflitua com a que assumo aqui e que defende o reconhecimento do seu caráter construído e de suas dimensões socioculturais e políticas. Tal concepção, em geral, se ancora nos discursos biologicistas, que supõem os corpos vivenciados de modo universal, e limitados à premissa de que existe um forte alinhamento entre sexo-gênero-sexualidade. No entanto, para problematizar uma suposta linearidade atribuída à relação entre essas dimensões, torna-se fundamental admitir que a própria biologia e a natureza são construídas pela cultura e história e, nessa direção, assume-se também que a sexualidade é construída, ao longo da vida, de diversos modos pelos sujeitos, e, assim, além de ser uma questão pessoal, abrange as dimensões sociocultural e política (LOURO, 2000).

O conceito de gênero engloba múltiplas expressões de corpo e representações de masculinidades e feminilidades, que excedem os limites do sexo biológico e a noção de papéis sexuais. Nessa perspectiva, gênero pressupõe que nossa constituição como homens e mulheres envolve processos educativos intencionais e não intencionais que operam por meio de, ou se apoiam em, distintas instituições e práticas socioculturais, não necessariamente convergentes, harmoniosas e estáveis. (MEYER, 2013; NICHOLSON; 2000; SCOTT, 1995).

Nesse sentido, teóricas feministas utilizam o conceito de gênero para problematizar saberes e práticas, veiculados em distintos espaços educativos, que apresentam identidades masculinas e femininas como determinadas biologicamente, argumentando que homens e mulheres não são definidos pela anatomia de seus corpos, pois as próprias perspectivas que os/as definem como sendo determinados pela biologia emergem de um processo discursivo, histórico e sociocultural. Portanto, o conceito de gênero foi articulado para argumentar que identidades e corpos designados como masculinos e femininos são construídos histórica e

socialmente, uma vez que nem mesmo a biologia estaria imune aos jogos de significação produzidos na e pela cultura (HARAWAY, 1995; 2004; MEYER, 2013; NICHOLSON; 2000; SCOTT, 1995; SILVA, 2015).

A articulação entre tais campos possibilita novos modos de (re)pensar e problematizar os discursos acerca das temáticas sexualidade e gênero produzidos no cenário educacional. Essa perspectiva admite uma noção de Educação que inclui:

[...] o conjunto de processos através do qual indivíduos são transformados ou se transformam em sujeitos de uma cultura. Tornar-se sujeito de uma cultura envolve um complexo de forças e de processos de aprendizagem que hoje deriva de uma infinidade de instituições e “lugares pedagógicos” para além da família, da igreja e da escola, e engloba uma ampla e variada gama de processos educativos, incluindo aqueles que são chamados em outras teorizações de “socialização” (MEYER, 2009, p. 222).

Nesse cenário educacional, o *currículo* não se resume ao conjunto de conteúdos, disciplinas, métodos, experiências, objetivos, entre outros elementos que compõem a atividade escolar, mas constitui um conjunto articulado e normatizado de saberes e práticas interpelados pela cultura, regidos por determinada ordem, visando eleger e transmitir representações sobre objetos e seres. Dessa maneira, o currículo produz identidades por meio de discursos construídos socioculturalmente e marcados por relações de poder (COSTA, 2005; SILVA, T., 2014) que orientam estratégias de mudanças e (des)construções nas distintas práticas escolares. Nessa concepção, o currículo pode ser entendido “como um artefato cultural que ensina, educa e produz sujeitos, que está em muitos espaços desdobrando-se em diferentes pedagogias” (PARAÍSO, 2010, p. 11).

Os currículos escolares e acadêmicos, ao incorporarem uma Educação Sexual, indicariam o desenvolvimento de ações pedagógicas que incitem uma reflexão didático-metodológica e política, pois as diferenças sexuais e de gênero estão sendo, de modo permanente, construídas e hierarquizadas nos processos discursivos da cultura. Uma Educação Sexual que abrange as diversas dimensões de sexualidade e gênero englobaria um processo pedagógico contínuo, sistemático e permanente, desenvolvido em todos os níveis de ensino, posto que as inúmeras informações veiculadas pela mídia e as exclusões sociais decorrentes do sexismo e da homofobia, bem como outras formas de preconceitos e discriminações, são recebidas constantemente, de modo inquestionável, por crianças, jovens, adultos/as e até docentes. Em detrimento de representações hegemônicas que hierarquizam as diferenças, os aparatos discursivos de uma cultura demandariam o contraponto de uma Educação Sexual reflexiva, sistemática e politicamente interessada com a problematização de desigualdades sexual, de gênero, raça/etnia, religião, classe, geração (FURLANI, 2011; 2013).

Ao considerar a Educação Sexual como um campo discursivo que (re)produz relações de poder-saber e distintas práticas pedagógicas, tal campo possibilitaria a problematização dos modos como os currículos escolares se constituem enquanto mecanismos de (des)construção de normas e essencialismos em torno das identidades/diferenças sexuais e de gênero. Assim, a Educação Sexual representa um campo útil para repensar a produção de masculinidades e feminilidades, a partir do questionamento de relações hierárquicas entre os gêneros e, do reconhecimento do caráter pluralista das sexualidades, o que demanda a análise e discussão contínua e sistemática acerca desses temas tanto na escola quanto na universidade.

OBJETIVOS E METAS

Objetivo Geral:

- Problematizar o/s modo/s de incorporação da Educação Sexual nos currículos escolares, a partir da análise dos discursos acerca das temáticas sexualidade e gênero.

Objetivos Específicos:

- ✓ Examinar saberes e práticas acerca de sexualidade e gênero incorporados por docentes e discentes nas escolas;
- ✓ Estimular uma análise crítica acerca do modo como discursos são (re)produzidos e instituem saberes e práticas acerca de sexualidade e gênero nos currículos escolares e acadêmicos;
- ✓ Incitar o desenvolvimento de abordagens socioculturais, contínuas e sistemáticas, acerca das temáticas sexualidade e gênero, por meio da análise de artefatos e pedagogias culturais;
- ✓ Construir parcerias entre licenciandos/as e a comunidade escolar para ampliação de projetos de pesquisas e de extensão que favoreçam a incorporação da Educação Sexual na escola;
- ✓ Incorporar a Educação Sexual na escola numa perspectiva sociocultural por meio de investigações e práticas pedagógicas que ultrapassem as abordagens biológico-higienistas.

Metas

A partir deste projeto de pesquisa, almeja-se além de contribuir para produção de conhecimentos e problematizações acerca das temáticas sexualidade e gênero, incitar o desenvolvimento da Educação Sexual numa perspectiva sociocultural nos currículos escolares e acadêmicos. Desse modo, espera-se que após e/ou no decorrer da pesquisa seja possível:

- Publicar, no mínimo, dois artigos científicos em periódico nacional e/ou internacional com os principais resultados da pesquisa acerca da Educação Sexual;
- Produzir (in)formações relevantes e significativas sobre a proposta de Educação Sexual incorporada nos currículos escolares e acadêmicos;
- Mapear os saberes e práticas acerca de sexualidade e gênero na formação docente, visando incluir uma disciplina de Educação Sexual no currículo de licenciatura em Biologia do IFE.
- Aproximar escola e universidade, construindo parcerias que multipliquem os aprendizados para além dos muros das instituições formais, visto que, as temáticas da Educação Sexual englobam distintas culturas e espaços sociais.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

Neste projeto de pesquisa a ser desenvolvido em escolas públicas de Ensino Fundamental e/ou Médio, é proposto um exercício de problematização de discursos e desconstrução de relações de poder que atravessam sexualidade e gênero, em distintas instâncias socioculturais, sobretudo em nossas práticas educativas. A partir da problematização, (re)inventamos nossos modos de pensar e “fazer” pesquisa, não para estabelecer “verdades definitivas”, mas para examinar como os discursos permeados por relações de poder instituem regimes de verdade; assim lidamos com as incertezas que perpassam as múltiplas posições de sujeito, sobretudo como pesquisador/a. Desse modo, aprender a problematizar significa realizar um movimento de análise crítica acerca de determinada temática, visando multiplicar as formas de pensá-la e, observando como foram construídas diferentes soluções para um problema (FOUCAULT, 2017). Eis aí o desafio que permeia esse projeto de pesquisa acerca da Educação Sexual: a problematização de um campo ora marcado por certezas e prescrições, ora provocado por dúvidas e questionamentos que atravessam os currículos escolares, instigando novos saberes sobre sexualidade e gênero.

Ao inserir a problematização nos currículos escolares, indica-se um campo significativo de possibilidades para reflexão e intervenção de educadores/as, que poderia contribuir com a redução de diversos tipos de violência (MEYER, 2009) contra todos os sujeitos que destoam das normas sexuais e de gênero. Nesse caminho, para a produção de um material empírico significativo, pretende-se trabalhar com grupos focais e entrevistas semiestruturadas como técnicas para ampliar o olhar investigativo acerca dos currículos escolares e acadêmicos, visando a incorporação da Educação numa perspectiva sociocultural, ao incitar ações pedagógicas que ultrapassem as abordagens biológico-higienistas.

Para percorrer esse caminho teórico-metodológico, os grupos focais representam uma escolha significativa, ao proporcionar uma aproximação entre a pesquisadora, bolsistas e participantes, possibilitando o compartilhamento de múltiplas vivências e identidades, em direção à produção de um material empírico com algumas nuances de intervenção. Em sua tese Priscila Dornelles (2013) adotou grupos focais e entrevistas semiestruturadas como ‘estratégias metodológicas’ para realização do trabalho de campo. A autora destaca que os grupos focais representam uma técnica produtiva, pois possibilitam a interação entre os sujeitos, permitindo explorar as convergências e divergências discursivas (DORNELLES, 2013). Maria Cláudia Dal’igna (2014) ressalta que os grupos focais constituem um procedimento de investigação caracterizado por um processo discursivo e interativo entre participantes e pesquisador/a, visando a produção do material empírico a partir de uma discussão focada em tópicos específicos.

Uma das principais vantagens dos grupos focais reside na oportunidade de (re)pensar coletivamente uma temática (como sexualidade e gênero, entre outras) comum aos/as participantes da pesquisa. Para tanto, torna-se necessário adotar alguns cuidados para a composição de um grupo focal, tais como o número de participantes (entre 6 a 15); formação de mais de um grupo, se possível; planejamento e elaboração de um roteiro dinâmico e atrativo para os encontros (com músicas, vídeos, imagens e outros artefatos culturais relacionados ao objeto de estudo); presença de um/a moderador/a e ao menos um/a observador/a para gravação e/ou transcrição (DAMICO, 2006).

Nos grupos focais, o/a moderador/a assume uma posição de facilitador/a do processo de discussão, criando um ambiente favorável à discussão sobre determinado tema, para tanto cabe controlar o tempo e estimular a manifestação de todos/as (para uma boa gravação é necessário orientar que só uma pessoa fala de cada vez). Inicialmente, sugere-se que o/a moderador/a informe a finalidade geral da pesquisa, as principais considerações éticas (sigilo

dos nomes, etc.), os objetivos e a duração de cada encontro e como serão conduzidas as reuniões, vale enfatizar a importância da participação de todos/as, evidenciando que todas as opiniões, questões e sugestões interessam, e não serão julgadas como boas ou más. O planejamento e a elaboração de um roteiro parecem relevantes para uma discussão produtiva e focada no tema, inclusive solicitar uma rodada inicial de falas possibilita a todos/as um comentário geral sobre o assunto. Nutrir alguma flexibilidade também facilita a interação do/a moderador/a com os grupos, e não inibe o surgimento de opiniões divergentes que enriquecem a discussão (GOMES, 2005; GONDIM, 2003).

Nesse percurso, pretende-se formar dois grupos sendo um para reunir docentes e outro com discentes das escolas selecionadas. Para que os grupos focais possibilitem uma interação entre a pesquisadora e os/as participantes haverá o planejamento de atividades que incluam a discussão de diversos artefatos culturais – músicas, imagens, vídeos, textos de revistas como *Ciência Hoje na escola* e *Superinteressante* – visando problematizar discursos acerca de sexualidade e gênero disseminados nas escolas e incorporados na Educação Sexual. Depois da realização dos grupos focais e da transcrição e leitura das discussões, serão realizadas entrevistas semiestruturadas com docentes e discentes que se mostrarem dispostos/as a ter um diálogo individualizado acerca das temáticas sexualidade e gênero.

Além da interação nos grupos focais, uma conversa individual com cada participante favorece a produção do material empírico. Sobre a relevância de aliar diferentes técnicas para produção empírica, Alberto Gomes (2005) ressalta que as entrevistas individuais permitem maior “especificidade” das informações a partir da construção de uma certa cumplicidade entre pesquisador/a e participante, enquanto os grupos focais possibilitam o acesso a um maior volume de informações (ainda que em menor profundidade), a partir da interação entre os/as participantes. Nesse sentido, acrescenta-se: “[...] é preciso saber o que “olhar”, sob risco de tudo olhar e nada ver” (GOMES, 2005, p. 278).

Sandra Andrade (2014) destaca que as entrevistas não buscam delimitar “a verdade” sobre a temática de estudo, porém, aliadas a outros procedimentos de investigação, representam uma forma de diálogo que possibilita produzir informações significativas acerca de múltiplas vivências e, dessa forma, enriquecem a análise da temática do estudo. As entrevistas permitem resgatar e narrar histórias de vida que entrelaçadas com o objeto de estudo (re)produzem uma variedade de discursos. Nessa perspectiva, os procedimentos metodológicos adotados representam alguns dos exercícios para (re)construir estratégias teórico-metodológicas que incitam a fala, a participação, interação e o envolvimento dos/as docentes, discentes e pesquisadores/as, promovendo, assim, maior aproximação entre escola e universidade.

Como procedimento analítico e ferramenta para problematizar os discursos acerca de sexualidade e gênero na Educação Sexual nos currículos escolares, será adotada a análise foucaultiana do discurso. Foucault (2015b) adverte que os discursos não deveriam ser tratados como meros conjuntos de signos (elementos significantes que englobam conteúdos e representações), mas como práticas que constroem, de modo sistemático, os objetos de que falam. Embora os discursos sejam constituídos por signos, fazem mais que utilizá-los para designar coisas, visto que não se reduzem à língua e ao ato da fala, é justamente esse “mais” que se torna necessário descrever por meio da análise do discurso. Nessa ótica, a análise do enunciado não pretende ser exaustiva da linguagem, mas, corresponde a um nível peculiar de descrição que envolve relação com um domínio de objetos, jogo de posições de sujeito, campo de coexistência e materialidade repetível; permitindo questionar como se instauram as condições de emergência e de produção do discurso.

Para Rosa Fischer (2001), a teorização foucaultiana sobre o discurso sugere aos/as pesquisadores/as um modo de investigar não o que “está por trás” dos textos e documentos. Logo, a preocupação não é o que se queria dizer com aquilo, mas, descrever quais são as

condições de existência de um determinado discurso (e seu conjunto de enunciados), levando em consideração o contexto histórico e sociocultural em que os discursos foram produzidos.

Ao partir de uma inspiração foucaultiana, nessa trajetória investigativa e analítica acerca da Educação Sexual nos currículos escolares, a problematização de discursos relativos à sexualidade e gênero possibilita questionar modos de disciplinar corpos e manter “certezas” em torno de sujeitos, saberes e práticas que permeiam os processos educacionais. Nesse pensamento, não caberia inserir no currículo uma analítica de “verdade universal”, mas compreendê-lo como um instrumento aberto a reinventar saberes e práticas, incluir discursos silenciados, desconstruir relações de poder-saber desiguais, recriando possibilidades para operar com incertezas e questionamentos que marcam sexualidade e gênero. Para tanto, esse exercício analítico demanda capturar enunciados incorporados nas mais distintas enunciações sobre Educação Sexual, sobretudo ao questionar: que discursos a escola (re)produz acerca das temáticas sexualidade e gênero?

PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES CIENTÍFICAS E INOVAÇÃO DA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO SEXUAL

Para Henry Giroux (2013), a universidade, com suas políticas e diretrizes curriculares para formação docente, tem sido relacionada a discursos científicos que reforçam a cultura tradicional e ocidental. Tal cultura excludente tem marginalizado as múltiplas vozes, narrativas e histórias de indivíduos e grupos socioculturais e políticos subordinados. Em contraponto, ao articular os estudos de sexualidade e gênero com os estudos culturais para a problematização de discursos acerca da incorporação da Educação Sexual nos currículos escolares e acadêmicos, vislumbra-se a *multiplicidade* como um dos pontos convergentes entre esses campos, possibilitando por meio da pesquisa e do ensino ampliar a visibilidade das diversas culturas e identidades/diferenças no cenário educacional.

Ao entender saberes, práticas e instituições educacionais como culturais e, portanto, não naturais, mas heterogêneos, seria possível reinventar as relações entre professores/as e alunos/as, assim como os conhecimentos curriculares estariam relacionados com os interesses dos/as estudantes e as demandas socioculturais contemporâneas. Nessa direção, tanto a escola quanto a universidade seriam reconhecidas como espaços para “*aprender a viver*”, o que indica a relevância de debater sobre princípios e práticas que possibilitem a construção de um processo dinâmico e múltiplo, incluindo toda a pluralidade humana, sexual, social, cultural de crianças e jovens (XAVIER, 2010). Nesse caminho, a Educação Sexual representaria, nos currículos escolares e acadêmicos, um campo que possibilita articular pesquisa, cultura e ensino, principalmente ao incitar o reconhecimento da multiplicidade de identidades/diferenças por meio da discussão das temáticas sexualidade e gênero.

O entendimento de currículo como um artefato cultural aponta a noção de algo mutável, constantemente (re)inventado e problematizado para instigar múltiplas formas de pensar, viver e ressignificar a educação a partir das demandas contemporâneas (VEIGA-NETO, 2005). Nessa visão, a aliança entre pesquisa, cultura e ensino permite conhecer as necessidades curriculares e as inovações nos processos de ensino e aprendizagem em consonância com o contexto histórico e sociocultural em que a escola e universidade estão inseridas.

Nesse rumo, compreende-se a pedagogia como uma prática cultural que constitui um modo de analisar como o poder e os significados constroem e organizam conhecimentos, identidades, diferenças e valores (GIROUX, 2013). As pedagogias culturais constituem processos “educativos”, que mesmo sem o objetivo explícito de ensinar veiculam por meio de artefatos culturais – como os midiáticos – uma variedade de formas de saberes e práticas influentes na produção de identidades e diferenças (SILVA, 2015). Assim, incluem múltiplas formas de educar disseminadas a partir de discursos legitimados por relações de poder que marcam a produção de identidades sexuais e de gênero.

Além dos artefatos pedagógicos inseridos no currículo (livros, apostilas, cartilhas), artefatos culturais (como revistas, cinema, TV) constituem diferentes “modos de educar” veiculados em variados espaços contemporâneos, evidenciando que os discursos circulantes nas pedagogias não são fixos e nem uniformes. Tais discursos pedagógicos são cambiantes e orientam a (des)construção de normatizações em torno de sexualidade e gênero (MEYER, 2008; SOARES, 2008; WORTMANN; COSTA; SILVEIRA, 2015) e, assim contribuiriam a partir de um trabalho coletivo para a incorporação da Educação Sexual, numa perspectiva sociocultural e política, nos currículos escolares e acadêmicos.

É nessa direção, que a incorporação de uma Educação Sexual nos currículos escolares demanda um trabalho coletivo que envolva a universidade e a comunidade escolar. Para tanto, parece produtivo investigar e recriar múltiplas estratégias didático-metodológicas (oficinas, seminários, mesas redondas, cine debates...) que envolvam diferentes artefatos e pedagogias

culturais, almejando problematizar o modo como a “cultura educa” e produz identidades (docentes, discentes, masculinidades, feminilidades etc.) permeadas por relações de poder, que ultrapassam os muros da escola, universidade e/ou outros espaços educacionais.

Nesse horizonte, este projeto de pesquisa possibilitaria o (re)conhecimento das diferenças sexuais e de gênero, ao (re)criar estratégias teórico-analíticas para incorporação da Educação Sexual na escola como um campo transdisciplinar imprescindível para a problematização de “verdades científicas” que constituem o currículo e dificultam o reconhecimento deste como produção cultural e discursiva. Ademais, ao problematizar os modos de incorporação da Educação Sexual nos currículos escolares, instigaria a pluralização das representações de masculinidades e feminilidades nas relações de gênero, bem como encorajaria a desconstrução de discursos biológico-higienistas que limitam as dimensões de sexualidade, sobretudo ao questionar a (re)produção de conhecimentos “científicos”, que ensinam e determinam modos de ser/viver nos distintos espaços sociais. Nesse rumo, parece produtivo questionar um legitimado conhecimento científico que baliza os discursos acerca de sexualidade e gênero, disseminando normatizações e essencialismos decorrentes da ignorância e/ou não reconhecimento da construção histórica e sociocultural que marca os distintos campos da ciência.

Por conseguinte, este projeto de pesquisa acerca da Educação Sexual incitaria a problematização da “mesmice” que marca os currículos escolares, ao constituir parcerias entre docentes e discentes, visando desafiar certezas, pluralizar estratégias e desnaturalizar saberes e práticas acerca de sexualidade e gênero, posto que se tratam de campos históricos, sociais e culturais produzidos nas diversas áreas de conhecimento para além das Ciências Biológicas. Portanto, a incorporação da Educação Sexual na escola evidencia uma multiplicidade de discursos que constituem o que aprendemos e/ou ensinamos sobre práticas, prazeres, relacionamentos, feminilidades e masculinidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Garcia Mary; SILVA, Lorena Bernadete. **Juventudes e sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004. p. 29-38.

ANDRADE, Sandra dos Santos. A entrevista narrativa ressignificada nas pesquisas educacionais pós-estruturalistas. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves. (Org.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.

COSTA, Marisa Vorraber. Currículo e política cultural. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **O currículo nos limiares do contemporâneo**. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 37-67.

DAL'IGNA, Maria Cláudia. Grupo focal na pesquisa em educação: passo a passo teórico-metodológico. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves. (Orgs.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014. p. 197-219.

DAMICO, José. Corpo a corpo com as jovens: Grupos focais e análise de discurso na pesquisa em educação física. **Movimento**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 35-67, maio/ago. 2006.

DORNELLES, Priscila Gomes. **A (hetero)normalização dos corpos em práticas pedagógicas na Educação Física escolar**. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, Rio de Janeiro, n. 114, p. 197-223, 2001.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: a vontade do saber**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015a.

_____. **A Arqueologia do saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015b.

_____. **Ética, Sexualidade e Política**. Organização de Manoel Barros da Motta. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017. (Coleção Ditos & Escritos V).

FURLANI, Jimena. **Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

_____. Educação sexual: possibilidades didáticas. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 67-82.

GIROUX, Henry A. Praticando estudos culturais nas faculdades de educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Alienígenas na sala de aula**: uma introdução aos Estudos Culturais. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 83-100.

GOMES, Alberto Albuquerque. Apontamentos sobre a pesquisa em educação: usos e possibilidades do grupo focal. **EccoS – Revista Científica**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 275-290, jul./dez. 2005.

GONDIM, Sônia Maria Guedes. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 24, p. 149-161, 2003.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 5, p. 7-41, 1995.

_____. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cad. Pagu** [online], n. 22, p. 201-246, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: _____. (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 07-34.

_____. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 46, p. 201-218, dez. 2007.

MACEDO, Elisabeth. Um discurso sobre gênero nos currículos de ciências. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 45-58, jan/jun. 2007.

MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. Gênero, Sexualidade e Currículo. In: BRASIL (TV Escola/Salto para o futuro). **Educação para igualdade de gênero**. Ano XVIII, Boletim 26, p. 20-30, nov. 2008.

_____. Corpo, Violência e Educação: uma abordagem de gênero. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. p. 213-234.

_____. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 11-29.

NELSON, Cary; TREICHLER, Paula A.; GROSSBERG, Lawrence. Estudos culturais: uma introdução. In: SILVA, Tomaz Tadeu. **Alienígenas na sala de aula**: uma introdução aos estudos culturais em educação. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 7-38.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, 2000.

PARAÍSO, Marlucy Alves (Org.). **Pesquisas sobre currículos e culturas**: temas, embates, problemas e possibilidades. Curitiba: Editora CRV, 2010.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SILVA, Elenita Pinheiro de Queiroz. Corpo e sexualidade: experiências em salas de aula de ciências. **Periódicus**, Salvador, v. 1, p. 138-152, 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 73-102.

_____. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. 156 p.

SOARES, Rosângela. Pedagogias Culturais produzindo identidades. In: BRASIL (TV Escola/Salto para o futuro). **Educação para igualdade de gênero**, Ano XVIII, Boletim 26, p. 47-53, nov. 2008.

VEIGA-NETO, Alfredo. _____. Currículo e História: uma conexão radical. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **O currículo nos limiares do contemporâneo**. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 93-104.

WORTMANN, Maria Lúcia Castagna; COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. Sobre a emergência e a expansão dos Estudos Culturais em educação no Brasil. In: WORTMANN, Maria Lúcia Castagna; COSTA, Marisa Vorraber; RIPOLL, Daniela; BONIN, Iara Tatiana. Dossiê - Estudos Culturais em Educação. **Educação**, v. 38, n. 1, 2015.

XAVIER, Maria Luisa M. Escola contemporânea: o desafio do enfrentamento de novos papéis, funções e compromissos. In: BUJES, Maria Isabel Edelweiss; BONIN, Iara Tatiana (Org.). **Pedagogias sem Fronteiras**. Canoas: Ed. Ulbra, 2010. p. 93-104.